

# LAMENTOS QUE VÊM DO NORTE: A CRÍTICA À GLOBALIZAÇÃO EM DAVID KORTEN

**Autor: Luís Antonio Groppo**

## **Resumo**

O artigo discute a concepção de David Korten, um importante teórico do movimento de crítica à globalização, sobre os problemas causados pela fase “global” do capitalismo. Destacam-se sua crítica ao “mundo das corporações” e ao “mundo do dinheiro”. Porém, para além do caráter meramente denunciatório, Korten procura apontar saídas com base no que chama de “paradigma da vida”. Neste ponto, Korten ao mesmo tempo revela as influências ambientalistas dos ativistas críticos da globalização, mas principalmente a fonte ideológica “conservadora” de parte importante deles.

## **Palavras-chave:**

David Korten  
Globalização  
Corporações  
Conservadorismo

## **Abstract**

The article discusses the conception by David Korte, a important theorist of movement of globalization's critical. It detaches his critical to the “corporation's world” and to “money's world”. Though, to over the merely denunciatory character, Korten intends to show exits with base in he calls “life's paradigm”. In this point, Korten, in the same time, shows the ambientalist influences of globalization's critical, but principally the “conservatism” as ideological font in part of this critical.

## **Keywords**

David Korten  
Globalization  
Corporations  
Conservatism

## LAMENTOS QUE VÊM DO NORTE: A CRÍTICA À GLOBALIZAÇÃO EM DAVID KORTEN

O objetivo deste texto é o de analisar, de forma comparativa inclusive, duas obras de David Korten, obras que fazem incisivas críticas à globalização econômica capitaneada pelas corporações transnacionais. Os textos deste autor norte-americano, Ph.D em Administração, são bons exemplos das primeiras “ideologias” que irromperam contra a pretensão universalista do livre mercado global.

São muito interessantes e até complexas as semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos, conciliações e rompimentos entre os novos teóricos e ideólogos críticos da atual globalização econômica. Os livros de Korten são exemplos não apenas de obras que juntam os ofícios da ideologia propositiva (no seu bom sentido de criação de consciência política) e da teoria analítica, mas também da diversidade de caminhos reais e possíveis dentro deste novo terreno do pensamento crítico. É exemplo de um renascer do pensamento crítico nos países do “Norte”, que, a partir das “lamentações” para com os efeitos perversos envolvendo camadas populares marginalizadas, tanto em seus próprios países quanto nos do “Sul” (o antigo “Terceiro Mundo”), conseguem evoluir para a criação de documentos valiosos retratando estes efeitos, para a elaboração de discursos portentosos e politicamente ativos e, várias vezes, para sistematizações que vêm contribuindo para renovar a teoria social e o pensamento econômico.

David Korten apresenta-se em suas obras como fundador do *The People Centered Development Forum* (PCDForum - Fórum de Desenvolvimento Centrado na Pessoa)<sup>1</sup> e da *Positive Futures Network* (Rede de Futuros Positivos). Mas percebemos logo que se trata muito mais que um militante de ONGs (Organizações Não-Governamentais) de cunho

<sup>1</sup> “Associação informal de organizações e ativistas dedicada à criação de sociedades justas, inclusivas e sustentáveis mediante ação voluntária da cidadania...”(Korten, 2002, p. 11).

social. Korten é Ph.D pela Universidade de Stanford, em Administração, dirigiu pesquisas no Instituto de Desenvolvimento Internacional de Harvard, exerceu cargo de especialista de projetos da Fundação Ford em Manila, foi conselheiro na Ásia para a Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional etc. Em dado momento, viu que os valores e práticas de desenvolvimento das agências internacionais que trabalhavam no Terceiro Mundo não traziam o alegado bem estar humano. Centralização administrativa e a concepção do desenvolvimento como crescimento econômico não traziam melhorias na vida das populações, ao contrário, apenas aceleravam a destruição do substrato local e material das suas formas tradicionais de produção e sociabilidade, sem construir em troca nada de favorável.

Nas duas obras dele que analisaremos aqui, em sua forma de criticar o desenvolvimento (a “modernização”) e clamar pela proteção do local, da economia social e do comunitarismo, David Korten filia-se (como ele mesmo confirma) ao “conservadorismo” – mas não da nova direita defensora do livre mercado ou neoliberalismo, bem pelo contrário. Diz desconfiar das grandes instituições e da concentração de poderes, mas acredita na importância da propriedade privada e do mercado. Em suas obras, o autor norte-americano posiciona-se diretamente contra as corporações, defende enfaticamente o local e a busca da sabedoria espiritual interior.

*Quando as corporações regem o mundo* foi lançado em 1995, sob patrocínio do PCDForum, a quem o autor cedeu os direitos autorais. (Korten, 1996). *O mundo pós-corporativo* apareceu mais tarde, em 1999, também com direitos autorais cedidos ao PCDForum e dedicado a duas biólogas que inspiraram o livro com trabalhos pioneiros sobre sistemas vivos (Mae-Wan Ho e Elisabet Sahtouris). (Korten, 2002). A primeira obra é principalmente de crítica e demonstração da infuncionalidade do sistema sócio-econômico

criado – e em expansão – pela prática das corporações transnacionais. Destaca-se uma defesa do localismo baseado na força dos valores e tradições da comunidade, da economia social e da vitalidade do local. A segunda obra procura conciliar estes elementos da primeira com a defesa da necessidade de recriar um sistema social baseado no paradigma da “vida”, contra a colonização dos atuais sistemas sociais pelo “câncer” chamado capitalismo – ou o sistema do dinheiro.

Em suas duas obras, Korten demonstra-se também um defensor do pensamento ecológico. Na primeira, tende à defesa da sustentabilidade. Na segunda, predomina a defesa da capacidade de auto-organização da vida. Já na primeira obra, o sistema criado pelas corporações é comparado ao câncer. Na segunda, entretanto, este sistema, identificado com o capitalismo, passa a ser considerado realmente um câncer, consumindo o sistema social da vida.

Na primeira obra, seu ponto de partida é o que poderíamos chamar de denúncia da nova “anomia” da era do globalismo. O sistema das corporações, ou capitalismo, levou o mundo atual a uma tríplice crise: o agravamento da pobreza, a destruição ambiental e a desintegração social. Esta crise é consequência do sistema social que não mais satisfaz as necessidades de vínculos sociais, confiança, afeto e significado comum. Se na primeira obra, o sistema é aquele criado pelo conjunto das corporações – justificando o irrequieto título *Quando as corporações regem o mundo* –, na segunda obra as próprias corporações são atreladas ao sistema mais amplo “do dinheiro”, ou “capitalismo” – o que faz Korten rogar em prol da *Vida após o capitalismo*, de acordo com o subtítulo. Nesta segunda obra, também, procura ser mais propositivo, rascunhando inclusive programas de submissão do capitalismo ao mercado e à vida, além de traçar estratégias para a implementação destes e citar vários exemplos de organizações e movimentos que já praticam parte deles.

### **A crítica ao mundo das corporações**

Korten, como antecipamos, começa considerando a corporação como a fonte da patologia social, destruidora das comunidades e sistemas de vida humana. As corporações, bem como o sistema formado pelo conjunto delas, adquirem autonomia, tornando-se independentes e irresponsáveis diante dos homens que as criaram e que delas dependem. A corporação, mecanismo jurídico-econômico de juntar riquezas de indivíduos para investir recursos econômicos maciços, logo passou a utilizar este privilégio para atingir interesses particulares, mas protegendo os indivíduos de responsabilidades legais pelas conseqüências públicas de seus atos.

Contudo, o sistema corporativo, hoje, tornou-se autônomo a ponto de sua lógica escapar ao controle mesmo dos membros das cúpulas corporativas. Os próprios gerentes e diretores têm tido uma maior sensação de insegurança quanto ao seu cargo, o qual sentem que só podem manter à custa de decisões irresponsáveis do ponto de vista social e ambiental – cortando o máximo de custos para prover os acionistas de lucros mais abundantes.

Korten descreve com justeza um sistema complexo reunido em torno dos núcleos das corporações: unidades subordinadas, ideólogos, organismos financeiros internacionais, *lobbies*, financiamento eleitoral, relações públicas, *marketing* etc. Como importante exemplo, podemos destacar a subordinação das unidades (fornecedores, fábricas, subsidiárias, empresas terceirizadas etc.) aos núcleos das corporações, interligando-se em rede. Reduz-se o núcleo ao mínimo de pessoal, em tarefas de finanças, *marketing* e tecnologias patenteadas – as novas fontes principais de poder econômico. Terceirizam-se as funções periféricas, inclusive e principalmente as produtivas, para empresas relativamente pequenas e dependentes do poder despótico do núcleo. Tecnologias de informática e automação também concorrem para o enxugamento do pessoal e otimização das ligações

entre a rede. Fusões, aquisição e alianças estratégicas entre os núcleos evitam a competição mutuamente destruidora. Cria-se um sistema dual de empregos: empregados em funções no núcleo central, bem pagos e com condições agradáveis de trabalho; empregados em funções periféricas mal pagos e, em geral, precarizados. A rede corporativa também é dual na relação com o mercado: entre os núcleos dominantes, há uma considerável cooperação para conservar o monopólio sobre o mercado e a tecnologia; entre unidades periféricas estabelece-se uma intensa competição, obrigando-as a cortar todos os custos.

Principalmente em sua segunda obra, Korten opõe o sistema capitalista global criado pelas grandes corporações à economia de mercado. (Korten, 2002). Segundo ele, se a economia de mercado significa a concorrência, o capitalismo é um criador de monopólio e avesso à verdadeira concorrência. A verdadeira teoria do mercado, desde Adam Smith, se opõe à externalização dos custos, ou seja, afirma que os custos da produção devem ser arcados exclusivamente pelo produtor (que serão incluídos no preço ao consumidor), que os investidores devem assumir os riscos dos seus investimentos e que os subsídios são um desvirtuamento dos mecanismos de mercado. No entanto, sob o capitalismo temos uma defesa descarada dos subsídios para as corporações (inclusive com as corporações ameaçando transferir unidades e empregos para outros lugares), *lobbings* e contribuições para campanhas políticas, socorros a bancos e investidores que fizeram investimentos ruins, pacotes de incentivos concedidos por governos estaduais e municipais para fixação de corporações etc. As corporações cada vez mais conseguem que parte dos seus custos de produção acabem nas mãos dos estados e municípios.

Korten conclui que as corporações são usinas de extração de riqueza, ou seja, seus lucros dependem de custos enormes impostos à sociedade. As corporações não sobreviveriam, na sua maior parte, numa economia verdadeiramente de mercado. Enquanto

isto, o sistema das corporações cria um capitalismo global baseado na concentração de riqueza e poder em entidades alheias ao bem-estar humano – e estas, por sua vez, como será retomado, deixam-se reger pelo jogo dos mercados financeiros.

### **A crítica ao mundo do dinheiro**

Em *O mundo pós-corporativo*, Korten redireciona o foco de sua crítica à globalização, ainda que não explicita isto. O foco passa da corporação para o sistema capitalista, no qual a corporação é mais um componente essencial, mas também subordinado ao “mundo do dinheiro”. Mas já em *Quando as corporações regem o mundo*, o “jogo do dinheiro” está presente, revelando que uma lógica perversa e oculta regia aquelas corporações que estavam comandando o globo. O dinheiro construiu para si um mundo cada vez mais “virtual”, paralelo e independente do mundo “real” ou material, do qual extrai, na verdade, sua vitalidade. Korten narra mesmo o processo no qual o dinheiro e o mercado financeiro desligam-se da produção real de riquezas, destacando o fim do padrão ouro para o dólar, em 1971.

Forma-se um único mercado financeiro mundial via informatização e globalização; reais decisões sobre investimentos estão cada vez mais nas mãos de um pequeno número de gerentes de investimentos (como os que gerenciam fundos mútuos); fusões e falências de muitos bancos concentram poder financeiro ainda mais em poucos grandes bancos, que são os financiadores dos “fundos de pensão”; estreitam-se horizontes dos investimentos, cada vez mais voltados ao curtíssimo prazo, não mais direcionados à produção real. Assim, o próprio setor produtivo global vai ficando à mercê deste sistema financeiro submetido às oscilações da lógica do jogo. De 800 bilhões a 1 trilhão de dólares circulam diariamente pelo mercado financeiro, contra apenas 20 a 25 bilhões no comércio diário de bens e

serviços. Isto significa que o sistema capitalista vai fazendo multiplicar o capital financeiro em circulação, sem que este dependa da produção ou de serviços reais.

O mercado financeiro desenvolveu mesmo a prática conhecida como “canibalismo das corporações”. Isto significa que as corporações se vêem constantemente ameaçadas de desaparecimento caso não satisfaçam desejos de alta remuneração dos mercados de ações. O canibalismo trata-se da captura e devoramento dos valores existentes no mercado de um “jogador” mais fraco, vista como a forma mais rápida para criar o tipo de lucro exigido pelo atual sistema econômico. O jogador mais fraco é, em geral, a empresa mais comprometida com a comunidade local, com investimentos produtivos a longo prazo, mas incapaz de atrair investidores imediatistas. Os gerentes responsáveis são depositos e a companhia é canibalizada através de um tipo de investidor extrativo, o atacante de corporações.

Em *O mundo pós-corporativo*, estas e outras considerações são retomadas, agora servindo para apontar com mais firmeza o caráter “canceroso” do sistema capitalista, baseado numa desumana alimentação do dinheiro com a energia vital de seres humanos e da natureza. Segundo a teoria de mercado, a poupança pessoal significaria investimento futuro. Mas no capitalismo financeiro, a fase mais degradada do capitalismo, a propriedade do capital está cada vez mais distante da aplicação na produção: o dinheiro passa a ser usado para fazer dinheiro. O mecanismo que permite isto é o fato do proprietário do dinheiro ter poder de reivindicar parcelas cada vez maiores da riqueza autêntica estocada da sociedade. Trata-se de uma atividade extrativa, não produtiva.

O mercado acionário é descrito como um cassino sofisticado em que a interação dos atores entre si inflaciona os preços das ações disputadas “... a fim de aumentar o conjunto de seus ativos financeiros e, portanto, seus direitos sobre a riqueza real do resto da sociedade”. (Korten, 2002, p. 72). Os mercados financeiros são inerentemente instáveis, e

seus investidores dependem desta instabilidade para auferir rendas. Diante dos perigos causados por esta constante instabilidade, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o governo dos EUA viram-se, durante os anos 1990, muitas vezes socorrendo bancos e investidores que poderiam ser prejudicados pelo estouro de bolhas financeiras, como na crise asiática de 1997 – nestes momentos, vemos a injeção de dinheiro público e da riqueza social para garantir rendimentos do capital especulativo, no caso asiático, com empréstimos do FMI que serão pagos pela sociedade.

Resulta disto que na economia capitalista os direitos de propriedade passam das mãos dos indivíduos para as instituições impessoais das finanças globais, e “o poder do dinheiro fica desvinculado da sensibilidade humana...”. (Korten, 2002, p. 79). As instituições financeiras pressionam por lucros crescentes. O presidente da empresa que não conseguir tais lucros perde credibilidade diante da comunidade financeira, ficando à mercê de propostas de absorção por concorrentes ou sob ameaça de demissão.

Esta descrição do mercado financeiro, bem como do papel extrativo do dinheiro em relação à produção e à própria corporação, faz-nos compreender o passo seguinte, em que o alvo da crítica de Korten passa da corporação em si mesma para a denúncia do sistema totalitário que se coloca por trás da economia global. Trata-se do sistema capitalista, cuja lógica fere de morte o sistema da vida. Ao recontar a história da vida, Korten opõe a comunidade biológica à economia capitalista global:

O contraste entre uma comunidade biológica sadia e a economia capitalista global é muito esclarecedor. A segunda é submetida ao planejamento central de megacorporações globais sem vínculo algum com o lugar, e sem conhecimento ou preocupação quanto ao bem-estar do conjunto. Seu funcionamento depende de esvaziar as reservas de luz solar primitiva acumuladas pela terra (combustíveis fósseis) e de suprimir a auto-suficiência individual das comunidades em termos de energia e materiais. Ela esmaga com concreto e

poluentes químicos os processos produtivos naturais de ecossistemas localizados, e depende de fontes de abastecimento situadas a milhares de quilômetros. Ela converte sistematicamente a energia e os recursos materiais diferenciados de seu meio ambiente em poluição e lixo imprestável (e muitas vezes tóxico). E preserva apenas os elementos de diversidade biológica e cultural que lhe são úteis por gerarem lucros imediatos para as instituições do mundo do dinheiro. (Korten, 2002, p. 133).

É aqui que o autor não apenas compara a economia capitalista ao “câncer”, mas considera ela mesma o “câncer” que flagela o mercado e a democracia:

...o câncer não é apenas uma metáfora da relação do capitalismo e do corporativismo global com o mercado e a democracia. Ele é um diagnóstico clínico. Entendamos o capitalismo como uma codificação genética defeituosa em nosso sistema econômico, que faz com que empresas isoladas procurem crescer ilimitadamente sem atentar para as conseqüências sofridas pela sociedade. (Korten, 2002, p. 137).

Korten assume como tarefa de nossa época a reversão desta tendência, uma revolução ecológica a partir do paradigma do organismo. A vida, como se expressa no organismo, tem capacidade de auto-organização, a partir de processos baseados em escolhas cooperativas que podem “... pôr em ação potencialidades criativas muito além do que poderíamos imaginar”. (Korten, 2002, p. 138). Contra o “capital” financeiro, Korten opõe o “capital vivo”. Trata-se do que chama de fonte de riqueza verdadeira, ou seja, a “totalidade do conhecimento útil acumulado pela vida” (Korten, 2002, p. 138), que integra a capacidade de escolha, o estoque de energia e o potencial para criar formas mais complexas e aptas.

Para Korten os pressupostos da vida na economia são expressos melhor pela teoria clássica do mercado – que se opõe ao capitalismo. São muitos os pressupostos da economia de mercado segundo Adam Smith, tão costumeiramente ignorados pelos neoliberais, ainda

que se reportem a Smith como seu patrono. A economia de mercado envolve compradores e vendedores pequenos (para que um elemento, sozinho, não seja capaz de interferir na formação do preço de mercado), ausência de segredos comerciais, expressão de todos os custos no preço (ausência de exteriorização dos custos), capital de investimento dentro das fronteiras nacionais e comércio equilibrado entre países. Ainda que abordem uma condição ideal, talvez até utópica de uma comunidade de pequenos produtores, tais pressupostos opõem-se diretamente às características do capitalismo global.

Entretanto, a ideologia pró-capitalista seleciona fragmentos da teoria de mercado para tentar provar “...que o interesse público fica mais bem servido quando megacorporações de alcance global recebem licença para maximizarem seus lucros sem restrições do poder público...”. (Korten, 2002, p. 55). Trata-se de uma deturpação total da teoria do mercado. Na verdade, os agentes do capitalismo promovem políticas públicas que vão contra e destroem mesmo os pressupostos da verdadeira economia de mercado.

### **Destruições**

Korten, portanto, opõe, primeiro, corporação global e comunidade local. Segundo, capitalismo e mercado, ou dinheiro e vida. São os efeitos da reversão ao global, ao capitalismo e ao dinheiro que degradam os valores comunitários, os interesses públicos e a vitalidade humana. Parte importante das obras do autor norte-americano, principalmente *Quando as corporações regem o mundo* (Korten, 1996), destina-se a descrever sistematicamente os principais efeitos humanos e ambientais da globalização econômica. São dados capazes de mobilizar a consciência política dos leitores, permitindo também novas formas de leitura da realidade expressa pela grande mídia e pela imprensa oficial, para além das formas dominantes do “pensamento único” e da ideologia do livre mercado.

Talvez seja esta sistematização dos males do mundo das corporações o grande mérito das obras de Korten.

Semelhante a outros autores críticos dos rumos atuais da globalização, Korten indica a falsidade das soluções que apontam para a necessidade de mais crescimento econômico.<sup>2</sup> Tal crítica ao “crescimento pelo crescimento” ilustra a carga tanto “conservadora” (no que se refere à defesa das tradições e valores comunitários, não no sentido da “nova direita” neoliberal) quanto conservacionista (base dos vários ecologismos) presentes em vários dos novos críticos do capitalismo na era da globalização. Fazendo valer sua experiência dentro de projetos de desenvolvimento de agências internacionais, afirma que várias iniciativas deste tipo na América Latina e Ásia mostraram como esforços de governos, empresas e agências voluntárias contra a pobreza tinham efeitos agravantes, apenas colaborando na desagregação de relacionamentos humanos e da vida comunitária. As políticas de crescimento econômico costumam aumentar a privação dos pobres, ao desviar recursos aos que já têm posses, além de destruir os meios de vida de muitos, deslocar as atividades da economia social para a monetária – aumentando a dependência dos trabalhadores ao dinheiro – e transferir terras comunitárias para investimentos que visam lucros para a classe com capital.

A produção mundial cresceu cinco vezes entre 1950 e 1992. No entanto, este crescimento econômico vultoso levou a humanidade de hoje a enfrentar uma série de crises: insegurança econômica futura, desintegração de famílias e comunidades, ambiente

---

<sup>2</sup> Podemos destacar, como exemplo, Passet (2002). Além de um economista especializado em desenvolvimento, convertido a crítico do crescimento econômico, René Passet foi presidente de uma importante rede de organizações, a ATTAC (*Association pour une Taxation des Transactions Financières pour L'Aide aux Citoyens*, promovida pela publicação francesa *Le Monde Diplomatique*, em prol do Imposto Tobin, sobre as transações financeiras internacionais). No entanto, diferente de Korten, a crítica ao crescimento em Passet é baseada praticamente apenas no ecologismo, sem traços do conservadorismo (que está mais presente no autor norte-americano).

em degradação, perda da confiança nas instituições e insegurança até mesmo das classes médias nos países ricos, que precisam trabalhar mais e ainda assim ter menos renda. Outros elementos são citados, como os recursos naturais e espaços para pequena produção expropriados das comunidades, a transformação dos pequenos agricultores e artesãos em imigrantes sem-terra, maior abandono e prostituição de crianças, o aumento da imigração e a divisão do mundo entre riqueza e pobreza (1 bilhão de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia, não apenas na África, mas até no coração de Nova York). Registra-se dados de um verdadeiro estresse social: criminalidade, drogas, suicídios de adolescentes, divórcios, violência nos lares, violência familiar, espancamento de mulheres, estupros, conflitos armados e refugiados. Também assusta a crescente crise ecológica, com a ameaça dos raios ultravioleta, o crescimento anual da população mundial em 88 milhões de seres, o esgotamento do solo, a falência de zonas pesqueiras e a falta de água.

Enquanto isto, a proposta de que só mais crescimento econômico poderia resolver todos estes problemas revela-se ainda mais falaciosa. O autor roga pela separação entre crescimento (econômico) e desenvolvimento (humano). Afirma que as formas produtivas que mais usam recursos ambientais e deixam mais lixo são as que se baseiam mais no aumento de produtividade do que de empregos. As formas de satisfação das necessidades que mais agredem o ambiente são justamente as que mais contribuem para aumentar riqueza econômica. Na verdade, os lucros do crescimento foram muito mais usados para produzir mais crescimento e meios para o crescimento, em vez de bem estar humano. Entre 1950 e 1980, como vimos, se a economia mundial cresceu 5 vezes, tanto a população quanto o número de miseráveis cresceram 2 vezes. Duplicou, também, a desigualdade econômica. Ou seja, construímos uma situação em que é preciso produzir mais para manter um nível de vida inferior ao passado.

O autor roga, também, pela substituição da tradicional medida do “desenvolvimento” de um país através do Produto Interno Bruto (PIB). Na verdade, a maior parte do que é medido como PIB trata-se de erosão do capital social (que vira parte da economia monetária), desgaste de recursos naturais e gastos contra conseqüências negativas do crescimento. Não se leva em conta, neste índice, a desvalorização do capital social e natural. Chega a se considerar custos do crescimento econômico como lucro.

Trata-se de mais um princípio da economia de mercado imaginada por Adam Smith que está longe de ser cumprido no mundo idealizado pelas corporações: uma regra para a eficiente alocação do mercado é que o investimento do empreendedor devia incluir todos os custos de produção, que recairiam (e deveriam recair para que o mercado fosse alocador eficiente) no preço dos produtos. Mas a realidade de prejuízos ambientais recaindo sobre a sociedade – erosão, poluição, contaminação, exploração extrema na produção etc. – indicam as práticas habituais de exteriorizar os custos, trazendo lucros não-merecidos ao produtor, uma fonte de ineficiência do mercado que beneficia a corporação.

Apesar do preço ficar menor, e justamente por isto, em decorrência da exteriorização dos custos, todos os concorrentes são impelidos a também exteriorizar os custos. Mas, no fim, a vantagem será do mais poderoso, não do mais eficiente: “quanto mais poderosa for a empresa, maior será sua capacidade de tomar este curso”, ou seja, exteriorizar mais custos de produção. (Korten, 1966, p. 96). Corporações e defensores do livre mercado são contra toda regulamentação governamental que não aja em prol dos interesses das corporações (que poderia, indo a favor dos mecanismos de mercado apregoados realmente por Smith, impedir a exteriorização dos custos e a ineficiência criada no mercado). No fim, a exteriorização dos custos torna-se um modo cada vez mais usado

para aumentar a “eficiência” das corporações, socializando cada vez mais os custos que garantem lucros que são privatizados.

A globalização tem favorecido, portanto, esta exteriorização dos custos em escala mundial. As demandas ambientais do sistema econômico global pedem agora todo o ambiente disponível. Mesmo recursos outrora considerados como “renováveis”, como água e terra, têm mostrado seus limites, enquanto o ambiente parece incapaz de absorver os refugos do crescimento econômico – respondendo com chuvas ácidas, desertificação e erosão aceleradas, queda per capita da produção de grãos desde 1984, buracos na camada de ozônio e efeitos do acúmulo do dióxido de carbono. No entanto, os países que mais esgotam o ambiente são os que controlam o processo que criam as “leis” da economia internacional; são os mesmos que mais fazem uso das importações para compensar perdas, causando novos problemas ambientais nos países exportadores – um exemplo forte disto são as terras retiradas dos pobres e suas necessidades para produzir para exportação aos países ricos (grãos, sementes para pasto de bovinos e suínos etc.); outro exemplo, são os resíduos excedentes dos países ricos que vêm sendo exportados para perto de comunidades das minorias (dentro e fora de seus países). Trata-se de uma outra forma de alienação, com os ricos conservando longe de suas vistas as conseqüências ambientais do sistema econômico que os favorecem.

A forma de destruição que mais indigna Korten, ao meu ver, é a do “capital social” – termo que define o conjunto de valores comunitários locais, das tradições culturais e da capacidade de construir relações de reciprocidade. Trata-se de ricas redes de relacionamentos sociais não comerciais, que criam o sentimento geral de confiança e reciprocidade. Segundo ele, o capital social é fundamental para manter e criar sociedades saudáveis. Grande parte dele tem sido sugado ou ameaçado pelo processo de dominação via

corporações e globalização. Governos locais têm sido coniventes ou colaboram diretamente para exteriorizar custos das corporações que se instalam nas suas localidades, permitindo a sangria de capital social e recursos ambientais valiosos da comunidade que se convertem em lucros para a corporação e seus acionistas. Korten cita vários casos de municípios fazendo jorrar recursos, subsídios e condições benéficas para dada corporação que, tão rápido como chegou, abandona o local à míngua sob ofertas ainda mais vantajosas em outro local que, cada vez mais, pode ser qualquer outro lugar do mundo. A globalização tem significado, para as corporações transnacionais, a busca, em quaisquer lugares do planeta, por locais com menores salários, baixos padrões trabalhistas, regulamentação ambiental escassa, oferta de subsídios etc.

Um outro lado desta expropriação do capital social é a expansão da economia de serviços, cujo crescimento em grande parte se dá à custa da colonização das economias sociais das famílias e comunidades. As economias sociais há muito empregavam, de modo tradicional, principalmente as mulheres em atividades que garantiam a satisfação de necessidades básicas das pessoas, quanto a “..alimentos, moradia, roupas, cuidado das crianças, cuidado dos idosos, manutenção do lar, educação, segurança física e entretenimento”. (Korten, 1996, p. 58). Estas economias sociais – de certo modo, idealizadas por Korten – não eram monetarizadas e, por natureza, também eram locais, não-assalariadas e não-comercializáveis. Mas os “serviços” outrora prestados pelas economias sociais passam à tutela da economia de mercado – e só então passam a ser também contabilizados no “crescimento” econômico. No entanto, a mercantilização dos serviços torna-os mais caros, ineficientes e acarreta altos custos sociais, desestabilizando famílias, enfraquecendo o papel do lar e das atividades comunitárias e findando com a economia solidária.

O avanço do capitalismo das corporações transnacionais e do mercado financeiro mundial tem significado também o aumento da desigualdade social e da concentração econômica. Dados ainda de 1992, da UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), indicavam que o quinto mais rico da população concentrava 82,7% da renda mundial em suas mãos. Em 1950, a renda média do quinto mais rico dos países era 20 vezes maior que a do quinto mais pobre; mas em 1989 a renda dos mais ricos significava 60 vezes mais; contudo, se levarmos em conta os indivíduos em vez dos países, a diferença salta para 150 vezes. Enquanto isto, 4/5 da população fica com apenas 17,3% da riqueza mundial. Mesmo os Estados Unidos exibem dados alarmantes sobre o crescimento da desigualdade social, fruto da maior liberalização dos mercados e da desregulamentação: por exemplo, se em 1982, os 400 mais ricos dos EUA tinham 92 bilhões de dólares, em 1993 somavam 328 bilhões (“... maior que os produtos internos brutos da Índia, Bangladesh, o Sri Lanka e do Nepal juntos”) (Korten, 1996, p. 130); enquanto isto, de 1977 a 1989, os 20% mais pobres ficaram 10,4% mais pobres (ou seja, também diminuiu a sua renda absoluta).

### **Proposições**

Não se pode negar o vigor narrativo e a capacidade de sistematização de informações e referências tão abrangentes num todo coerente, ilustrados por David Korten. Pode-se criticar certo tom moralista presente no teor indignado de suas obras – Korten não nega suas referências valorativas conservadoras, quando se trata da defesa do comunitário, do local, da liberdade individual e do mercado autêntico (não do “livre mercado” em sua versão capitalista). Mas certamente Korten produziu, ao meu ver, principalmente na sua primeira obra sobre a globalização, *Quando as corporações regem o mundo*, uma ampla organização dos primeiros discursos, valores, posicionamentos, ideologias e até teorias

críticas sobre os rumos tomados pelo livre mercado mundial rascunhado pelas corporações transnacionais, as organizações multilaterais e os governos dos países ricos. O livro, lançado em 1995, traçava uma interessante síntese dos primeiros discursos de denúncia dos males desta era do globalismo – discursos vindos do ecologismo, liberalismo (clássico), conservadorismo, localismo, comunitarismo etc.

Em 1995 ainda não tinham ocorrido os protestos “anti-globalização” em Seattle e Gênova, nem os Fóruns Sociais de Porto Alegre – ainda que já tivesse rebentada a revolta dos zapatistas em Chiapas, México, que mesclava reivindicações localistas com o rechaço severo da globalização neoliberal representada pela imposição do Nafta (sigla em inglês para Tratado de Livre Comércio da América do Norte). Após o início da revolta dos zapatistas, bem como o lançamento das primeiras redes transnacionais relevantes de movimentos sociais críticos da globalização, a tonalidade dos principais discursos críticos mudou um pouco. Deixou de ser tão localista, romântico, apocalíptico e conservador para ser mais transnacional, com um tipo mais ativo de militância, utopia e expressão de proposições. Korten, excelente representante de uma fase preparatória do movimento “anti-globalização” do final do século XXI – que hoje parece passar por uma fase de transição, depois do 11 de Setembro de 2001 –, em parte pareceu ultrapassado depois de Seattle. Mas o localismo e o conservacionismo de Korten não desapareceram dos movimentos sociais. Ao contrário, mantêm-se muito vivos e ajudam a compreender parte importante de organizações e militantes, em destaque Organizações Não-Governamentais (ONGs) humanitárias, ecológicas e ligadas a religiões que participam das redes de movimentos “antiglobalização”.

Na sua segunda obra, *O mundo pós-corporativo*, de 1999, Korten procura ser mais propositivo, indicando programas e caminhos para implementar suas propostas “localistas”

e anti-corporação. Vai além, citando organizações, grupos e militantes, inclusive com seus endereços, que estariam já implementando partes do “programa” que ele procurou sintetizar. De modo revelador, as organizações de cunho mais esquerdista – muito menos os anarquistas – não estão citadas nesta obra. Esta postura revela o caráter do paradoxo teórico presente em Korten: ao mesmo tempo em que ele procura se filiar às alas mais vanguardistas das ciências da vida, a lógica que move sua obra revela um caráter romântico-conservador que opõe sistema e vida, artifício e organismo, máquina e natureza, racionalismo e pulsão comunitária, ideologia e tradição.<sup>3</sup> No embate entre sistema corporativo e mundos da vida locais, Korten nos lembra a denúncia de Edmund Burke sobre os crimes hediondos do artifício iluminista contra as raízes da tradição e os valores profundos da comunidade. Se Burke, apesar de seu reacionarismo, foi capaz de ensinar muito sobre o caráter da modernização, o mesmo pode ser dito sobre Korten e o que ele consegue nos mostrar sobre a globalização e a distopia humana oriunda dos sonhos corporativos.

Nesta última parte do texto, procura-se demonstrar e discutir as proposições de Korten para um mundo “pós-corporativo”. Destaca-se, na sua obra de 1995, a defesa do localismo permeando a denúncia da globalização econômica. Na sua segunda obra, o caráter propositivo torna-se mais forte ainda, chegando-se a apresentar programas de ação política que implementariam o predomínio do mundo da vida contra o artifício capitalista. Se *O mundo pós-corporativo* também faz uma forte defesa do localismo, entretanto,

---

<sup>3</sup> Lembrando claramente a sociologia alemã de origem romântico-conservadora, como a dualidade comunidade *versus* sociedade de Ferdinand Tönnies (1973). No tipo ideal de comunidade, associam-se as noções de vida real e orgânica, intimidade, unidade, algo que já fazemos parte desde o nascimento, “velho”, tradicional, ruralidade e organismo vivo. No tipo ideal de sociedade, representação virtual e mecânica, público, mundano, “terra estrangeira”, pura justaposição de indivíduos independentes uns dos outros, “novo”, associação por contrato, urbanidade, agregado mecânico e artificial.

podemos afirmar que se destaca a aposta num princípio mais geral – e que incorpora a valorização do local e do comunitário: trata-se da “vitalidade”.

Já no início de *Quando as corporações regem o mundo*, há uma notável defesa do autodesenvolvimento, quando se considera que os processos populares auto-determinados seriam muito mais eficientes que projetos externos e distantes de “desenvolvimento” econômico. Tratava-se de devolver o controle dos recursos necessários à vida de um povo, comunidade e/ou localidade às próprias pessoas. Justifica-se assim a tarefa do PCDForum, que propõe um desenvolvimento focado no povo, nas pessoas, em vez de ser centrado no crescimento econômico. Trata-se de retirar o poder das instituições globais, centralizadoras e distantes das pessoas, repassando este poder ao local.

Mas Korten procura fugir da alcunha de reacionário, como se estivesse imaginando um retorno – na verdade intangível – a pretensas comunidades harmoniosas vivendo lado a lado, totalmente desligadas entre si, num passado idílico. Para tanto, faz uma proposta de recriar a noção de globalização, apontando para o global baseado no local – numa tentativa de superar a contraposição, que atravessa suas obras, entre global e local. Trataria-se de um sistema global composto por economias enraizadas, permitindo a diversidade e o vigor de culturas locais que não estariam isoladas, mas em constante e rico diálogo e colaboração. A consciência global não criaria a homogeneização, sonhada pelos apologistas do livre mercado, mas sim o cultivo da diversidade das culturas, línguas, valores etc. A própria interligação em rede das organizações e movimentos “antiglobalização” fornece o modelo que parece estar criando esta nova consciência, através de “... grupos locais (que) se fundem em alianças globais”, quando “... idéias são partilhadas e posições de consenso são moldadas em reuniões e via fax, telefone e comunicação por computador”. (Korten, 1996, p. 309). Promete-se uma cidadania global, fruto do compartilhar de experiências negativas

causadas pelas crises da economia globalizada. O autor propõe um novo slogan para se contrapor à globalização econômica, no qual idealiza a força do local e a possibilidade de uma versão pluricultural da globalização: “Globalizar as consciências! Localizar as economias!” (Korten, 1996, p. 310).

Ainda em *Quando as corporações regem o mundo*, Korten procura basear sua defesa do local no que chama de “Revolução Ecológica do pensamento”. Este suporte “ecológico” leva-o a criticar o “mecanicismo” do pensamento ocidental e a fazer a defesa da sustentabilidade e dos liames espirituais como o fundamento da comunidade. Neste momento, a obra de refundação da globalização, com base no local, adquire teor de transformação valorativa, ética e “espiritual”: “A busca de satisfação espiritual tem sido substituída por uma obsessão de consumismo total e progressivamente autodestruidora na busca do dinheiro...”. (Korten, 1996, p. 19). A busca do dinheiro substitui, como numa farsa, a busca de amor que nos falta. O mundo sem “amor” é um mundo disfuncional: “O resultado é um mundo de miséria material, enorme desigualdade, sistemas ambientais sobrecarregados e desintegração social”. (Korten, 1996, p. 306).

Para Korten, a Revolução ecológica significa a mudança da consciência, para eleger o “amor” como o valor maior. E esta já começou, com o advento cada vez maior de valores e práticas em torno de seus princípios orientadores: a sustentabilidade ambiental, a justiça econômica, a diversidade biológica e cultural e a soberania do povo. Trata-se de uma revolução total, mas silenciosa, radical, mas pacífica, mobilizadora, mas fundamentalmente acontecendo no nível das idéias, não das armas.

### **Vitalidade**

O discurso a favor da Revolução Ecológica é uma importante ligação, no aspecto das proposições, entre as duas obras de Korten. A Revolução do pensamento transforma-se,

em *O mundo pós-corporativo*, na adoção da “sabedoria da vida”. Da vida, afirma Korten, é preciso aprender a respeitar – e adotar como princípios - a auto-organização, a frugalidade, a generosidade, o comunitarismo inclusivo e localizado, a cooperação, a existência de fronteiras, a diversidade, a individualidade criativa e a aprendizagem compartilhada. (Korten, 2002, cap. 6). Cada “lição” da vida é relacionada pelo norte-americano com aspectos da revolução econômica baseada no local. A partir destas “lições”, esboça-se mesmo o que chama de projeto para um mundo pós-corporativo, baseado em nove princípios que valem a pena reproduzir:

1. Auto-organização em escala humana.
2. Grupos centrados em vilas e bairros.
3. Cidades e centros regionais.
4. Auto-suficiência de energia renovável.
5. Uso de materiais em ciclo fechado.
6. Equilíbrio ambiental regional.
7. Meios de vida sensatos.
8. Comunicação eletrônica inter-regional.
9. Espaços para a vida silvestre. (Korten, 2002, p. 148).

Destaca-se no projeto do mundo pós-corporativo o princípio de que “as comunidades locais são o alicerce de uma sociedade viva”, o que o leva a criticar visões elogiosas de uma futura “multidão” planetária desterritorializada (como em Hardt & Negri, 2001) ou de uma cibercomunidade (como em Lévy, 1998). “Somos seres vivos” que precisam participar de uma “biocomunidade que... deve estar baseada num lugar” (Korten, 2002, p. 153). A verdadeira vida social, comunitária e localizada, baseia-se numa autêntica economia de mercado que se opõe ao capitalismo. Na sua visão do capitalismo como “câncer”, Korten retoma uma “tradição” crítica da modernidade, a que compara o sistema industrial, o capitalismo e a modernização com uma relação “vampiresca” entre a vítima e

seu algoz (entre proletário e burguês, trabalho e capital, colônia e império, e, agora, entre local e global [Ianni, 2000]).

Na seqüência de *O mundo pós-corporativo*, Korten procura definir regras, baseadas em Adam Smith, para formar mercados conscienciosos, retomando a crítica à exteriorização dos lucros, defendendo a necessidade de atribuir os custos a quem toma a decisão – o que incentivaria a responsabilidade do ponto de vista social dos agentes econômicos. Insiste também na abertura do saber e das informações socialmente benéficas, hoje transformadas cada vez mais em direitos restritos de propriedade intelectual e patentes controladas pelas grandes corporações. Fala sobre a saúde holística, trata da questão da alimentação saudável, trata de modelos agrícolas alternativos à agro-indústria e defende iniciativas para aumentar a qualidade de vida nos bairros e centros das cidades. Destacam-se também as reflexões sobre a necessidade de criar novos indicadores de desenvolvimento social, diferentes do PIB que, na verdade, mede apenas o “crescimento” econômico (e, mesmo assim, com muitos poréns).

### **Transformações**

A apresentação do que seria a Revolução Ecológica do pensamento, bem como dos princípios para a reorganização da economia, com base na vida e no local, já indicam traços do caráter da transformação defendida por David Korten. Mesmo sem polemizar com elas, podemos perceber quais são as estratégias de transformação social contra os rumos da globalização econômica que Korten se distancia. O norte-americano supõe a mudança a partir das consciências – ou do “espírito”, ou seja, dos valores, visão de mundo e identidade –, o que o contrapõe rapidamente aos mais “materialistas” (incluindo velhos e novos esquerdistas, bem como os teóricos influenciados pelo marxismo). Outras fontes de polêmicas, certamente, são sua ênfase no local contra o global – pelo menos no aspecto

econômico – e a defesa de uma “verdadeira” economia de mercado – que os aproxima de liberais “autênticos” e de outros atores mais moderados dentro dos movimentos de crítica à globalização, mas os afasta de utopistas anti-mercado (que, aliás, na figura do comunismo soviético, são consideradas pelo autor nominalmente como outra forma de totalitarismo). Falta ainda discutir outro viés desta transformação imaginada pelo autor, também portador de polêmica – trata-se da transformação via ação individual.

Talvez melhor, Korten vislumbra uma revolução através da somatória da massa de ações individuais, locais e comunitárias de cidadãos, militantes, grupos, organizações e movimentos que passam a colocar em prática, no cotidiano, ao menos um dos aspectos da reorganização da vida que foram apontados anteriormente. Segundo o autor, escolhas cotidianas podem corrigir muitos dos desvios do superconsumo, reorganizando espaço e tempo para melhorar a qualidade de vida e eliminar o abuso do ambiente. Para Korten, “as escolhas individuais podem fazer diferença”, ou seja, o comportamento e opções do indivíduo podem ser válidos. (Korten, 1996, p. 329). Haveria um conjunto enorme de cidadãos insatisfeitos que desejam um mundo novo.

Sobre os grupos, movimentos e organizações, mais especificamente, são vários aqueles citados por David Korten. Como já foi dito, percebe-se que grupos de caráter mais radical, violento ou revolucionário (no sentido de preparar uma tomada ampla do poder) não são nem considerados pelo norte-americano. No que cita e no que omite, Korten revela melhor em quem e no que se baseou para orquestrar o relato de sua utopia contra a globalização econômica, ou seja, ONGs, grupos e movimentos de caráter mais moderado, voltados ao civismo, comunitarismo, localismo, defesa de tradições morais, ecologismo não radical etc. Valoriza também iniciativas do próprio mundo empresarial e até de especuladores em prol de alguma forma de responsabilidade social e ambiental.

## Conclusões

A ênfase de Korten no local, no comunitário, no orgânico, na vida e mesmo no “amor” revela o quanto o autor bebeu na fonte dos conservadorismos, presentes desde a gênese da teoria social no século XIX, na Europa. Os conservadores surgiram em reação aos efeitos das Revoluções Industriais no tecido social que ia sendo decomposto pela modernização (e ainda o é, nesta nova era do globalismo). Vale a pena aprofundar-se nesta relação, ainda mais quando se toma a visão teórica de Korten como representante, no movimento de crítica à globalização, das suas primeiras vertentes ideológicas e, atualmente, das suas alas mais moderadas.

A matriz conservadora do pensamento sociológico teve momentos muito inspirados em autores como Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, seja na visão de ambos sobre a Revolução Francesa, seja na análise do segundo, um nobre francês, sobre a sociedade “democrática” norte-americana do século XIX. Ao meu ver, Edmund Burke serve, ainda hoje, para demonstrar ao pensamento crítico e progressista os limites do universalismo, quando se trata da complexa relação da modernização com estilos de vida autóctones, tradicionais, locais, comunitários e “enraizados”. Neste sentido, a obra de Korten, bem como as tendências e movimentos de crítica à globalização que representa, presta um serviço análogo. É claro, não se pode deixar de apontar profundas diferenças no aspecto político: enquanto Burke serviu para a defesa dos interesses do *status quo* da sociedade inglesa, Korten propõe uma verdadeira recriação da vitalidade comunitária com virulentos ataques às corporações e aos poderes globais constituídos. Mas é clara a presença de um grande teor nostálgico, romântico e até anti-moderno no seu pensamento e retórica – e o mesmo pode ser dito de parte importante da militância “anti-globalização”.

Quanto à Tocqueville, sua lamentação em relação à superação da “liberdade” do tipo aristocrático, tragada pela avassaladora torrente modernizadora em prol da “igualdade” (tão bem expressa pela democracia norte-americana, ao seu ver), adquire tom mais resignado que virulento. A modernidade “democratizante” – análoga à globalização no sentido da homogeneização, destruição de tradições imemoriais, incentivos ao individualismo exacerbado e apego mais ao material que ao espiritual – é tida por Toqueville como força imponderável, que, no máximo, pode ser aplainada em seus efeitos mais perniciosos por uma política de cunho liberal-conservador.

Há, certamente, diferenças evidentes entre a proposta de Tocqueville (preservar elementos da tradição aristocrática no seio da nova “sociedade das multidões”) e a visão de Korten (uma sociedade global formada pela interligação em rede de inúmeras comunidades locais renovadas). Neste ponto, o militante norte-americano é mais um representante de certa linhagem das tradições políticas neo-conservadoras tipicamente norte-americanas, que em diversos momentos da história dos EUA (inclusive atualmente) chegaram a criar uma espécie de “anarquismo de direita”, desconfiando das grandes organizações – tanto do Estado quanto, e não apenas agora, das grandes corporações. Tradições conservadoras que advogam a força das comunidades, famílias e auto-organização do local contra instâncias supra-comunitárias, como Estado, federação e grande empresa. Korten representa, em parte, um salto qualitativo, em que certos valores e conceitos das tradições conservadoras ocidentais e propriamente norte-americanas servem para pensar os novos desdobramentos do capitalismo, em sua fase de globalização. É claro que isto não representa todo o arcabouço presente neste autor, pois se deve levar em conta que este salto só foi possível dada a conjunção deste conservadorismo com diversas ideologias renovadas ou nascidas com as forças críticas da globalização, em destaque o pensamento ecológico, o liberalismo

de tipo clássico (e não o neoliberalismo), correntes alternativas do civismo, republicanismo, democratismo e social-democracia – tão fortemente presentes em ONGs e movimentos humanitários moderados.

Por outro lado, não se pode deixar de lembrar que parte importante do apoio das classes médias e elites ao neoliberalismo, principalmente nos Estados Unidos, deve-se a uma bem-sucedida identificação da defesa do livre mercado com estas pretensas tradições imemoriais da nação – o neoliberalismo representa uma outra face do “novo” conservadorismo, justificando com a defesa das tradições e dos valores imemoriais da ordem, da nação e da família, a adoção das medidas que liberaram mercados e fronteiras em prol das corporações e da globalização econômica (cujos efeitos, como Korten e outros tão bem denunciam (Gray, 1999), afetaram principalmente os valores e instituições tradicionais que alegavam defender). Korten e um número crescente de cidadãos, organizações e movimentos, dentro e fora dos Estados Unidos, têm demonstrado a insatisfação diante da falácia neoliberal, da suposta defesa das “forças” da sociedade pelo livre mercado. Também, representam teorias, ideologias e movimentos que procuram utilizar o vigor e os pontos positivos do conservantismo para, justamente, denunciar o caráter destrutivo das políticas neoliberais e da globalização econômica. Por outro lado, não se pode deixar de lembrar esta interseção relevante entre as ideologias neoliberal e conservadora anti-globalização: a defesa (suposta ou não) das tradições e da força “vital” da sociedade.

Ao mesmo tempo, porém, o que não explorarei melhor nesta oportunidade, o neoliberalismo também possui uma importante interseção com outras tendências ideológicas do movimento “anti-globalização” – com aquelas tendências que falam mais abertamente em revolução política, destruição do livre mercado e utopia do mundo pós-

liberal, que flertam mais com as tradições progressistas, socialistas, marxistas e/ou libertárias. Trata-se da aposta no devir, no futuro, no “progresso”, na crítica do passado e presente como insuficientes, na necessidade de redesenhar, artificialmente, as sociedades, instituições e a vida social – com todos os perigos de queda às práticas de “alquimia” social, arrogantes e tantas vezes desumanas como se denunciou desde Edmund Burke (e que David Korten revive hoje).

Porém, pode-se procurar uma tendência mais geral entre certos extremos ideológicos dos movimentos críticos da globalização. Um dos extremos é o caráter “anti” globalização, mais próximo, conscientemente ou não, do conservadorismo e nostalgias romântico-conservadoras (do que Korten está bem próximo, bem como parte considerável dos ambientalistas e dos militantes mais moderados). Outro extremo é representado por arautos da destruição radical do mundo capitalista global, por meio de uma revolução realizada através da violência da ação direta (como alguns grupos anarquistas têm propagado e até ensaiado durante alguns protestos). Entre estes extremos, lembrando importantes tendências da política e da cultura dos anos 1960, conforme Ridenti (2000), estaria uma espécie de novo “romantismo revolucionário”. Ridenti adota o conceito elaborado por Michael Löwy e Robert Sayre, que caracterizam o romantismo como a busca “... de um momento do passado real – no qual as características nefastas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer...” (*apud* Ridenti, 2000, p. 27) – visão que vai sustentar uma utopia que encarnará as aspirações românticas. Ainda segundo estes autores, entretanto, o tipo “revolucionário” do romantismo transforma “... o ‘passadismo’ romântico ... (em) um olhar voltado para o futuro; a imagem de um futuro sonhado para além do mundo em que o sonhador inscrevesse, então, na evocação de uma era pré-capitalista”. (*apud* Ridenti, 2000, p. 27).

Os principais aspectos positivos da obra de Korten, ao meu ver, parecem apontar para esta tendência. Grande parte dos novos movimentos e organizações mais característicos dos protestos que vão de Seattle a Gênova – antes do atentado de setembro de 2001 –, parecem estar compreendidos dentro do viés abarcado pelo “romantismo revolucionário”. É como se os novos protestos recriassem o ambiente político-cultural dos movimentos juvenis dos anos 1960. Também, se nos anos 1960 o caráter mundial e a interligação em rede dos movimentos juvenis esboçava-se (Groppo, 2000), agora é uma característica das mais marcantes dos novos movimentos (facilitados pelas tecnologias de comunicação e informação, mas também pelo caráter ainda mais transnacional do processo econômico com quem se pretende contrapor). Um mergulho neste “romantismo revolucionário” global parece ser uma tarefa importante, para continuar na busca dos objetivos que animaram a realização deste texto.

### Referências Bibliográficas

- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*, São Paulo: Moderna, 1999.
- HARDT, M. & A. NEGRI. *Império*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.
- IANNI, O. Desencatamento e danação, In: *Enigmas da modernidade-mundo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, cap. VIII, p. 185-205.
- GROPPA, L.A. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis nos anos 1960*, tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- KLEIN, N. *Sem logo. A tirania das marcas em um planeta vendido*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002,
- KORTEN, D.C. *Quando as corporações regem o mundo*, São Paulo: Futura, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O mundo pós-corporativo. Vida após o capitalismo*, Petrópolis: Vozes, 2002.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- PASSET, R. *A ilusão neoliberal*, Rio de Janeiro: Record, 2002.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Rio de Janeiro: Record, 2000.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais, In: Fernandes, F. (org.). *Comunidade e sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*, São Paulo: Nacional/ Edusp, 1973, p. 96-116.